que, após diligências, excluiu do crédito tributário valores cobrados indevidamente. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/09/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 06/09/2016.

ACÓRDÃO N. 5460 - 2ª cpj. RECURSO N. 11808 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 182013510001013-0). CONSELHEIRO RELATOR: FELIPE AUGUSTO HANEMANN COIMBRA. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO NA ENTRADA. 1. A consulta formulada pelo contribuinte deve obedecer aos requisitos previstos nos arts. 54 e 55 da Lei n. 6.182/98 para produzir seus efeitos. 2. Deve ser indeferida diligência quando constar nos autos os elementos suficientes e necessários que comprovem a imputação da infração. 3. Quando um Estado signatário optar por não aplicar as normas de Convênio ICMS, sobre a substituição tributária, deve ser aplicada a legislação do Estado destinatário das mercadorias nas operações interestaduais. 4. O estabelecimento localizado neste Estado que adquirir, em operações interestaduais, mercadorias sem que o imposto tenha sido retido no Estado de origem, fica sujeito ao recolhimento antecipado do ICMS correspondente à operação subsequente. 5. Deixar de recolher o ICMS, no prazo regulamentar, relativamente à mercadoria sujeita à antecipação na entrada em território paraense, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 6. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/09/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 06/09/2016.

ACÓRDÃO N. 5459 - 2ª cpj. RECURSO N. 11806 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 182013510001013-0). CONSELHEIRO RELATOR: FELIPE AUGUSTO HANEMANN COIMBRA. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO NA ENTRADA. 1. Acertada decisão singular que, após diligências, excluiu do crédito tributário valores cobrados indevidamente. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/09/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 06/09/2016.

ACÓRDÃO N. 5458 - 2ª cpj. RECURSO N. 11804 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 182013510001021-0). CONSELHEIRO RELATOR: FELIPE AUGUSTO HANEMANN COIMBRA. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO NA ENTRADA. 1. A consulta formulada pelo contribuinte deve obedecer aos requisitos previstos nos arts. 54 e 55 da Lei n. 6.182/98 para produzir seus efeitos. 2. Deve ser indeferida diligência quando constar nos autos os elementos suficientes e necessários que comprovem a imputação da infração. 3. Quando um Estado signatário optar por não aplicar as normas de Convênio ICMS, sobre a substituição tributária, deve ser aplicada a legislação do Estado destinatário das mercadorias nas operações interestaduais. 4. O estabelecimento localizado neste Estado que adquirir, em operações interestaduais, mercadorias sem que o imposto tenha sido retido no Estado de origem, fica sujeito ao recolhimento antecipado do ICMS correspondente à operação subsequente. 5. Deixar de recolher o ICMS, no prazo regulamentar, relativamente à mercadoria sujeita à antecipação na entrada em território paraense, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 6. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/09/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 06/09/2016.

ACÓRDÃO N. 5457 - 2ª cpj. RECURSO N. 11802 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 182013510001021-0). CONSELHEIRO RELATOR: FELIPE AUGUSTO HANEMANN COIMBRA. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO NA ENTRADA. 1. Acertada decisão singular que, após diligências, excluiu do crédito tributário valores cobrados indevidamente. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/09/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 06/09/2016.

ACÓRDÃO N. 5456 - 2ª cpj. RECURSO N. 11800 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 182013510001019-9). CONSELHEIRO RELATOR: FELIPE AUGUSTO HANEMANN COIMBRA. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO NA ENTRADA. 1. A consulta formulada pelo contribuinte deve obedecer aos requisitos previstos nos arts. 54 e 55 da Lei n. 6.182/98 para produzir seus efeitos. 2. Deve ser indeferida diligência quando constar nos autos os elementos suficientes e necessários que comprovem a imputação da infração. 3. Quando um Estado signatário optar por não aplicar as normas de Convênio ICMS, sobre a substituição tributária, deve ser aplicada a legislação do Estado destinatário das mercadorias nas operações interestaduais. 4. O estabelecimento localizado neste Estado que adquirir, em operações interestaduais, mercadorias sem que o imposto tenha sido retido no Estado de origem, fica sujeito ao recolhimento antecipado do ICMS correspondente à operação subsequente. 5. Deixar de recolher o ICMS, no prazo regulamentar, relativamente à mercadoria sujeita à antecipação na entrada em território paraense, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 6. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/09/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 06/09/2016.

ACÓRDÃO N. 5455 - 2ª cpj. RECURSO N. 11798 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 182013510001019-9). CONSELHEIRO RELATOR: FELIPE AUGUSTO HANEMANN COIMBRA. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO NA ENTRADA. 1. Acertada decisão singular

que, após diligências, excluiu do crédito tributário valores cobrados indevidamente. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/09/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 06/09/2016.

ACÓRDÃO N. 5454 - 2ª cpj. RECURSO N. 11670 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012011510001214-8). CONSELHEIRA RELATORA: ROSELI DE ASSUNÇÃO NAVES. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO ESPECIAL. ATIVO REGULAR. NÃO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. 1. Não há que se falar em nulidade do AINF, quando a descrição da ocorrência, a capitulação legal da infringência e a penalidade aplicada estão em conformidade com a situação ocorrida. 2. O estabelecimento localizado neste Estado que adquirir, em operações interestaduais, mercadorias para fins de comercialização fica sujeito ao regime da antecipação especial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente. 3. Deixar de recolher a antecipação especial de ICMS relativo à operação interestadual de mercadoria para fins de comercialização, no prazo estabelecido na legislação tributária estadual, sujeita o contribuinte às sanções previstas na legislação, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/09/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 06/09/2016.

ACÓRDÃO N. 5453 - 2ª cpj. RECURSO N. 11668 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 012011510001214-8). CONSELHEIRA RELATORA: ROSELI DE ASSUNÇÃO NAVES. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO ESPECIAL. EXCLUSÃO DE DOCUMENTO FISCAL. 1. Correta a decisão singular que, após diligência fiscal, excluiu do crédito tributário documentos fiscais não relacionados à autuação. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/09/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 06/09/2016.

Protocolo: 110230

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº: 21/2016

DATA: 15.09.16

VALOR: R\$-3.600.000,00 (Três milhões e seiscientos mil reais) - Global

OBJETO: Locação comercial de 01 bem imóvel urbano, localizado na Trav. Mário Curica Nº 326, no Centro do Município de Breves, para fins de instalação e funcionamento de Unidade Bancária.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 Inciso X da lei 8.666/93

CONTRATADO: ATTACK IMOBILIÁRIA LTDA.

ENDEREÇO: Pass. Araxá nº 94-B Bairro: Beiroi

CEP: 68902-630 CIDADE: Macapá/AP

TELEFONE: (96) 32224679

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Augusto Sérgio Amorim Costa

Protocolo: 110269

OUTRAS MATÉRIAS

Nota de Empenho da Despesa: Nº 076/2016

Valor: R\$-31.950,00 (Trinta e um mil, novecentos e cinquenta reais)

Data: 16.09.16

Vigência: 16.09.16 a 16.10.16

Objeto: Aquisição de 5.000 dezenas de pastas para processo e dossiê

Pregão Eletrônico Nº: 052/2016

Contratado: VFC Branco - ME

Endereço: Trav. WE 7 Nº 342 - Bairro: Coqueiro

CEP: 67130-230 Belém/PA

Telefone: (91) 3018 1715

Ordenador: Augusto Sérgio Amorim Costa

Protocolo: 110273

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

ERRATA

ERRATA

ERRATA DE PORTARIAS DIÁRIA E SUPRIMENTO PORTARIA Nº. 308 DE 31 DE AGOSTO DE 2016.

Publicada no DOE nº 33.203, de 01.09.2016.

Onde se lê: Processo nº 343431/2016

Leia-se: Processo nº 353431/2016

ERRATA

ERRATA DE PORTARIA DE FÉRIAS

PORTARIA Nº. 1096, DE 29/09/2010.

Publicada no DOE nº 31.767, de 06/10/2010.

Onde se lê: Período de Gozo: 03/11/2010 À 01/12/2010

Leia-se: Período de Gozo: 03/11/2010 À 02/12/2010

Protocolo: 110452

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 324, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016.

A Diretora Administrativa e Financeira no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº. 0045/2015-GS, de 28 de Janeiro de 2015, e considerando o Processo nº 378649/2016.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor ANTÔNIO LÚCIO XAVIER FONSECA, matrícula nº 5919624/1 e CPF nº 858.107.032-91 ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Infraestrutura, lotado nesta Secretaria, Suprimento de Fundos no valor total de R\$-500,00 (quinhentos reais), o qual deverá observar a classificação orçamentária abaixo:

19.101.04.121.1424.8257.0101- 339033 - Passagens e Despesas com Locomoção - R\$-500,00

O prazo para aplicação será determinado de acordo com o período da viagem, a contar da emissão da ordem bancária, devendo a prestação de conta ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o retorno do servidor à Sede.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, de 19 de Setembro de 2016

FLÁVIA CHRISTIANE DE ALCÂNTARA FIGUEIRA SECCO

Diretora Administrativa e Financeira.

Protocolo: 110459

DIÁRIA

PORTARIA Nº 322, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016.

A Diretora Administrativa e Financeira no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº. 0045/2015-GS, de 28 de Janeiro de 2015, e considerando o Processo nº 378727/2016.

R E S O L V E:

CONCEDER de acordo com as bases vigentes, 1 e ½ (uma e meia) DIÁRIAS nos dias 20 e 21.09.2016 para o município de Tucuruí/PA, aos servidores Daniel Couto Salgado, matrícula nº 57189499/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Infraestrutura, para realizar vistoria técnica de Convênio FDE e Anderson Monteiro Corrêa, matrícula nº 57218619/1, ocupante do cargo de Motorista, que irá conduzir o Técnico ao referido município.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, de 16 de Setembro de 2016.

FLÁVIA CHRISTIANE DE ALCÂNTARA FIGUEIRA SECCO

Diretora Administrativa e Financeira.

PORTARIA Nº 323, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016.

A Diretora Administrativa e Financeira no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº. 0045/2015-GS, de 28 de Janeiro de 2015, e considerando o Processo nº 378649/2016.

R E S O L V E:

CONCEDER DIÁRIAS ao servidor abaixo relacionado de acordo com as bases vigentes, referente à viagem para o município de Melgaço/PA, afim de realizar vistoria técnica de Convênios FDE no referido município.

Nº	Nome	Matrícula	Cargo	Período	Nº de DIÁRIAS
01	Antônio Lúcio Xavier Fonseca	5919624/1	Técnico em Gestão de Infraestrutura	04 e 05.10.2016	1 e ½ (uma e meia) DIÁRIAS

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, de 19 de Setembro de 2016.

FLÁVIA CHRISTIANE DE ALCÂNTARA FIGUEIRA SECCO

Diretora Administrativa e Financeira.

Protocolo: 110450

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 0907 DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através do Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, Doe nº 28.508/18.07.1997, e considerando o disposto no art. 1º, inciso II, alínea "I" e inciso VII, alínea "a" da Lei Complementar nº 064, de 18 de maio de 1990 e ainda o teor do processo de nº 2016/266203.